

Reforma RS

GOV **RS**
NOVAS FAÇANHAS

GOV
IRS

NOVAS FAÇANHAS



Competitividade

Competitividade

Redução do custo de logística e de infraestrutura

- R\$ 300 milhões para estradas
- RS Parcerias (rodovias, hidrovias e aeroportos regionais)
- Privatizações



Competitividade

Redução do custo de logística e de infraestrutura

- R\$ 300 milhões para estradas
- RS Parcerias (rodovias, hidrovias, aeroportos regionais)
- Privatizações

Redução da burocracia

- Junta Digital
- Descomplica RS
- Novo Código Ambiental
- RS Digital



Competitividade

Redução do custo de logística e de infraestrutura

- R\$ 300 milhões para estradas
- RS Parcerias (rodovias, hidrovias, aeroportos regionais)
- Privatizações

Redução da burocracia

- Junta Digital
- Descomplica RS
- Novo Código Ambiental
- RS Digital

Redução do custo tributário

- RS Sustentável
- Receita 2030
- Reforma estrutural da máquina pública



Competitividade

Redução do custo de logística e de infraestrutura

- R\$ 300 milhões para estradas
- RS Parcerias (rodovias, hidrovias e aeroportos regionais)
- Privatizações

Redução da burocracia

- Junta Digital
- Descomplica RS
- Novo Código Ambiental
- RS Digital

Redução do custo tributário

- RS Sustentável
- Receita 2030
- Reforma estrutural da máquina pública



Competitividade

Redução do custo de logística e de infraestrutura

- R\$ 300 milhões para estradas
- RS Parcerias (rodovias, hidrovias e aeroportos regionais)
- Privatizações

Redução da burocracia

- Junta Digital
- Descomplica RS
- Novo Código Ambiental
- RS Digital

Redução do custo tributário

- RS Sustentável
- Receita 2030
- Reforma estrutural da máquina pública

+ Educação e segurança



Reforma dos servidores civis

REFORMA DOS SERVIDORES CIVIS

Mapa Estratégico do Governo

Estado Sustentável



Buscar o equilíbrio fiscal otimizando os gastos e maximizando as receitas.



Aumentar a capacidade de investimento.



Qualificar e implementar a prestação de serviços, formando parcerias com o setor privado e o 3º setor.

Governança e Gestão



Garantir o alinhamento estratégico em todos os níveis do governo.



Aprimorar os mecanismos de transparência.



Promover a articulação regional e a participação social.



Valorizar e desenvolver o setor público.



Modernizar e desburocratizar os processos.

Sociedade com Qualidade de Vida



Aumentar a segurança e o combate ao crime.



Qualificar o aprendizado para a nova economia.



Promover a sustentabilidade ambiental.



Promover a inclusão social e o espírito de cidadania.



Prestar assistência à saúde, fortalecendo a promoção e a prevenção.

Desenvolvimento Empreendedor



Agilizar as soluções ao cidadão por meio do Governo Digital.



Fortalecer o desenvolvimento regional.



Fomentar a nova economia e promover inovação em setores tradicionais.



Adequar o modelo tributário com foco na competitividade.



Fomentar um ambiente de negócios mais ágil e simples.



Reduzir custos logísticos e de transporte e melhorar a infraestrutura.

SERVIÇOS PÚBLICOS MODERNOS E ÁGEIS

ESTADO COMPETITIVO E SUSTENTÁVEL

UMA SOCIEDADE PRÓSPERA

Evolução sem ruptura, que supera o discurso da crise e recupera a esperança e a autoestima...

... que leve o RS para um novo patamar de competitividade, tirando o Estado da era analógica, rumo à era digital, com a promoção do desenvolvimento social...

... e a retomada do crescimento econômico.

Estado Sustentável



Buscar o equilíbrio fiscal otimizando os gastos e maximizando as receitas.



Qualificar e implementar a prestação de serviços, formando parcerias com o setor privado e o 3º setor.



Aumentar a capacidade de investimento.

Evolução sem ruptura, que supera o discurso da crise e recupera a esperança e a autoestima...

Governança e Gestão



Garantir o alinhamento estratégico em todos os níveis do governo.



Valorizar e desenvolver o setor público.



Aprimorar os mecanismos de transparência.



Modernizar e desburocratizar os processos.



Promover a articulação regional e a participação social.

... que leve o RS para um novo patamar de competitividade, tirando o Estado da era analógica, rumo à era digital, com a promoção do desenvolvimento social...



Sociedade com Qualidade de Vida



Aumentar a segurança e o combate ao crime.



Promover a inclusão social e o espírito de cidadania.



Qualificar o aprendizado para a nova economia.



Prestar assistência à saúde, fortalecendo a promoção e a prevenção.



Promover a sustentabilidade ambiental.

... que leve o RS para um novo patamar de competitividade, tirando o Estado da era analógica, rumo à era digital, com a promoção do desenvolvimento social...



Desenvolvimento Empreendedor



Agilizar as soluções ao cidadão por meio do Governo Digital.



Adequar o modelo tributário com foco na competitividade.



Fortalecer o desenvolvimento regional.



Fomentar um ambiente de negócios mais ágil e simples.



Fomentar a nova economia e promover inovação em setores tradicionais.



Reduzir custos logísticos e de transporte e melhorar a infraestrutura.

... e a retomada do crescimento econômico.



SERVIÇOS PÚBLICOS MODERNOS E ÁGEIS



ESTADO COMPETITIVO E SUSTENTÁVEL



UMA SOCIEDADE PRÓSPERA



REFORMA DOS SERVIDORES CIVIS

PROJETOS LEGISLATIVOS

8 PROJETOS

- 1 PEC
- 1 PL
- 6 PLCs

1 PEC

1 PLC ESTATUTO DOS SERVIDORES CIVIS

1 PL MAGISTÉRIO

1 PLC BRIGADA MILITAR

1 PLC POLÍCIA CIVIL E SUSEPE

1 PLC INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS

2 PLC PREVIDÊNCIA – 1 CIVIL E 1 MILITAR

Resumo executivo – versão inicial

Maiores impactos

Vantagens temporais – civis e militares

Incorporações de funções (FG, AS, GE e GD) – civis e militares

Redução na gratificação de permanência – civis

Redução no abono de incentivo à permanência no serviço ativo (AIPSA) – militares

Maiores aportes

Abono família

Vale-refeição

Magistério

Previdência

Ampliação da base de cálculo das contribuições de inativos

Alteração de alíquotas para regime progressivo

Aplicação dos parâmetros de inatividade da PEC 6/2019 e do PL 1.645/2019 (Servidor federal, civil e militar)



IMPACTO FISCAL EM 10 ANOS:
R\$ 25,4 bilhões



Maiores impactos

Vantagens temporais –
civis e militares

Redução na gratificação de
permanência – civis

Incorporações de funções (FG,
AS, GE e GD) – civis e militares

Extingue-se abono de incentivo à permanência no
serviço ativo (AIPSA) militares – criado o abono de
permanência para militares

Proporcionalidade



Maiores aportes

Abono família

Brigada Militar

Vale-refeição

Instituto-Geral de Perícias

Magistério



Previdência

Ampliação da base de cálculo das contribuições de inativos

Aplicação dos parâmetros de inatividade da PEC 6/2019 e do PL 1.645/2019 (Servidor federal, civil e militar)

Alteração de alíquotas para regime progressivo

Polícia Civil e Susepe: paridade e integralidade

Por que
reformular?

POR QUE REFORMAR
Cenário esperado

Redução do crescimento vegetativo da folha e paralisação do crescimento das despesas de pessoal acima da receita corrente líquida.



Possibilidade de reposição de pessoal, com menor pressão fiscal ao Estado.

Adequação e preparação para retornar aos limites efetivos de despesa de pessoal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, e retomar investimentos.



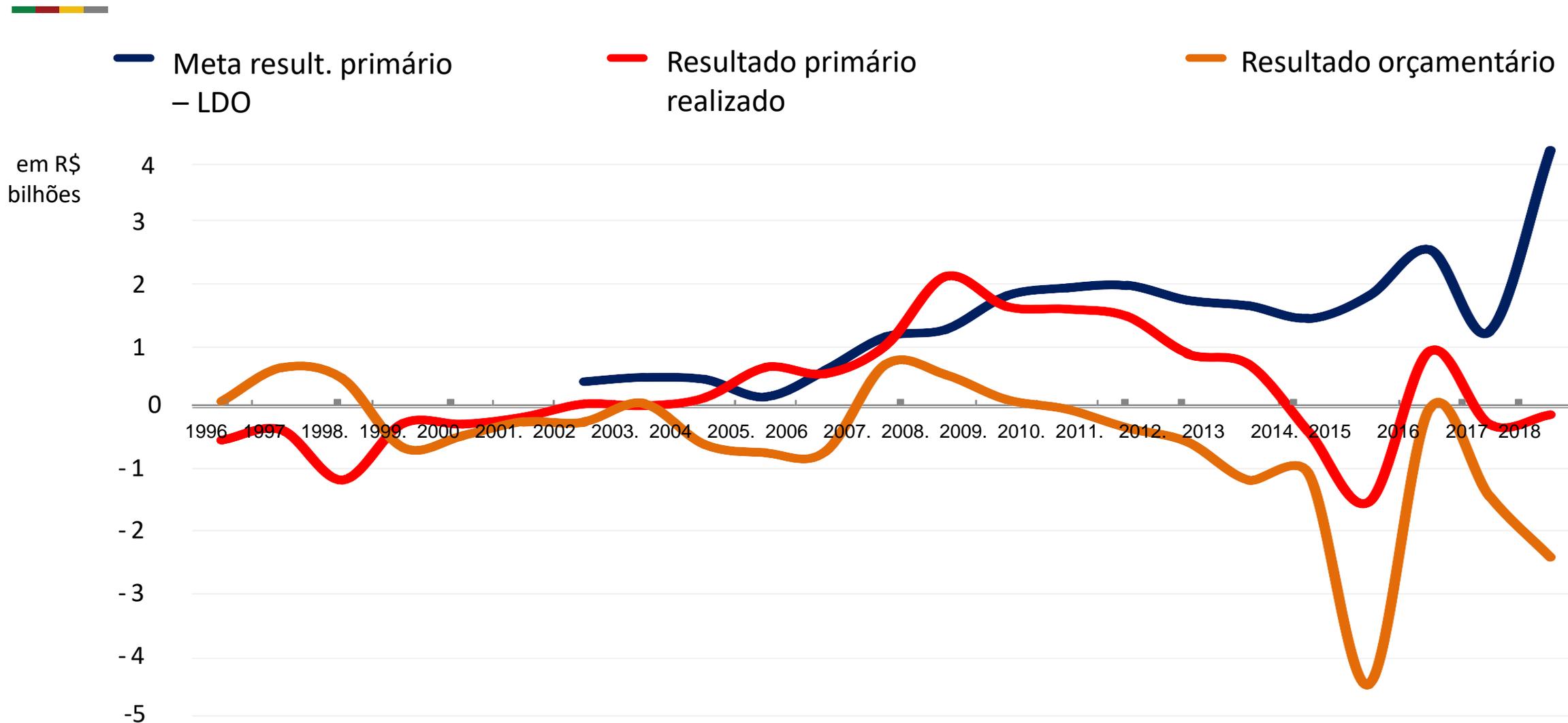
Desenvolvimento de política efetiva de gestão de pessoas, com modernização e transparência.



Cenário fiscal do RS

CENÁRIO FISCAL DO RS

Evolução dos resultados fiscais (1996 - 2018)

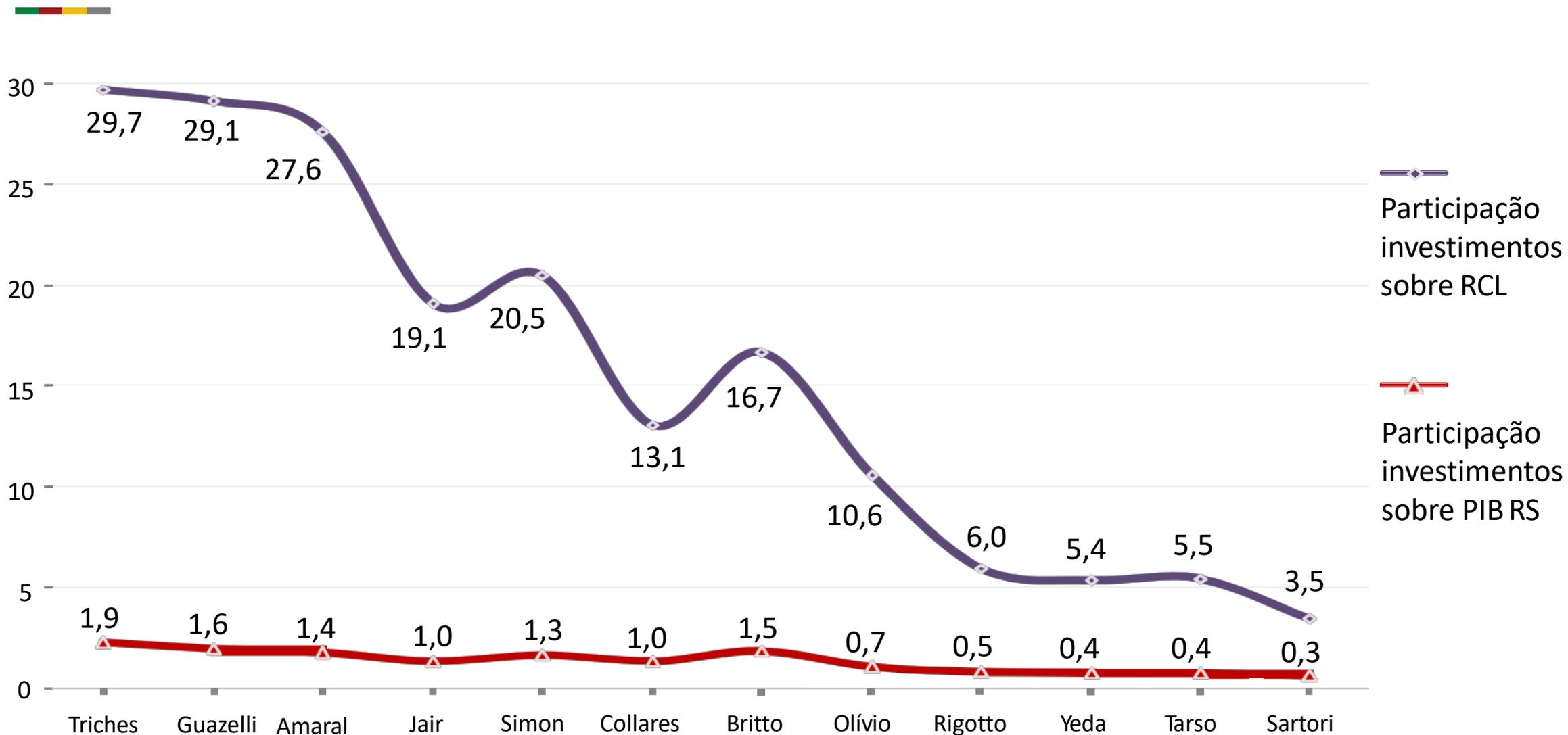


Obs.: A meta de resultado primário foi introduzida na LDO a partir da LRF em 2001.



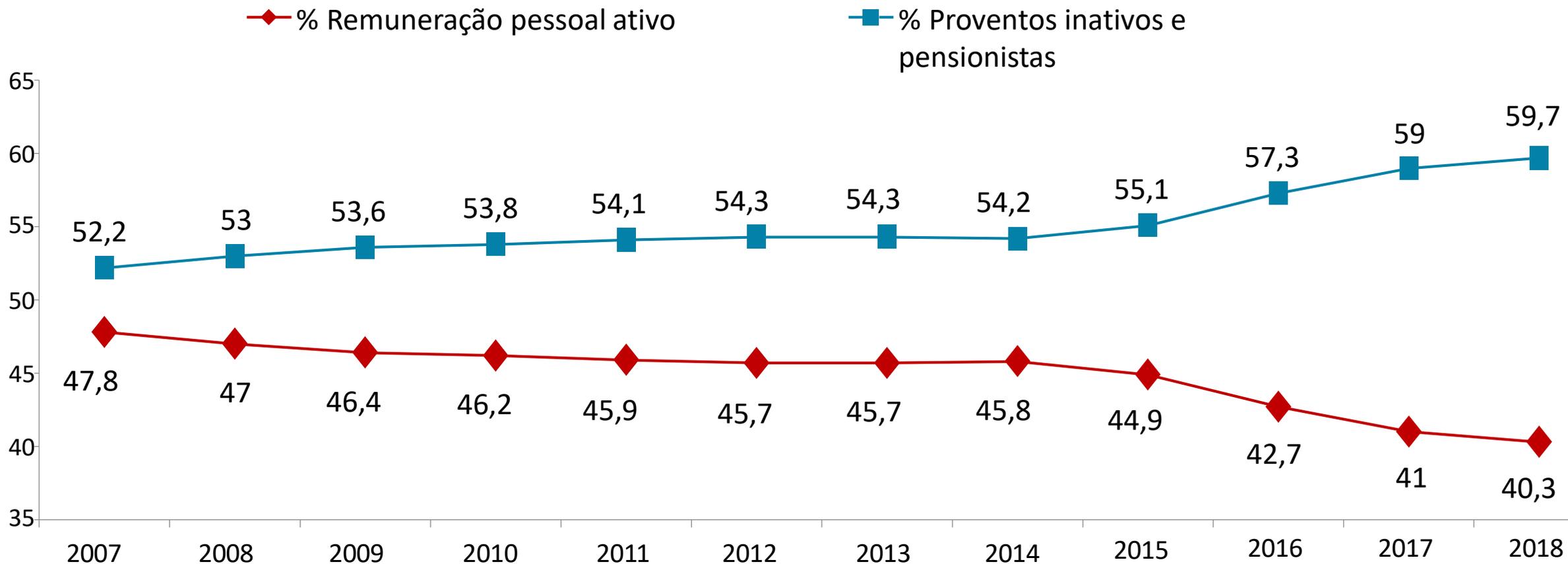
CENÁRIO FISCAL DO RS

Investimento por governo em relação a RCL e PIB



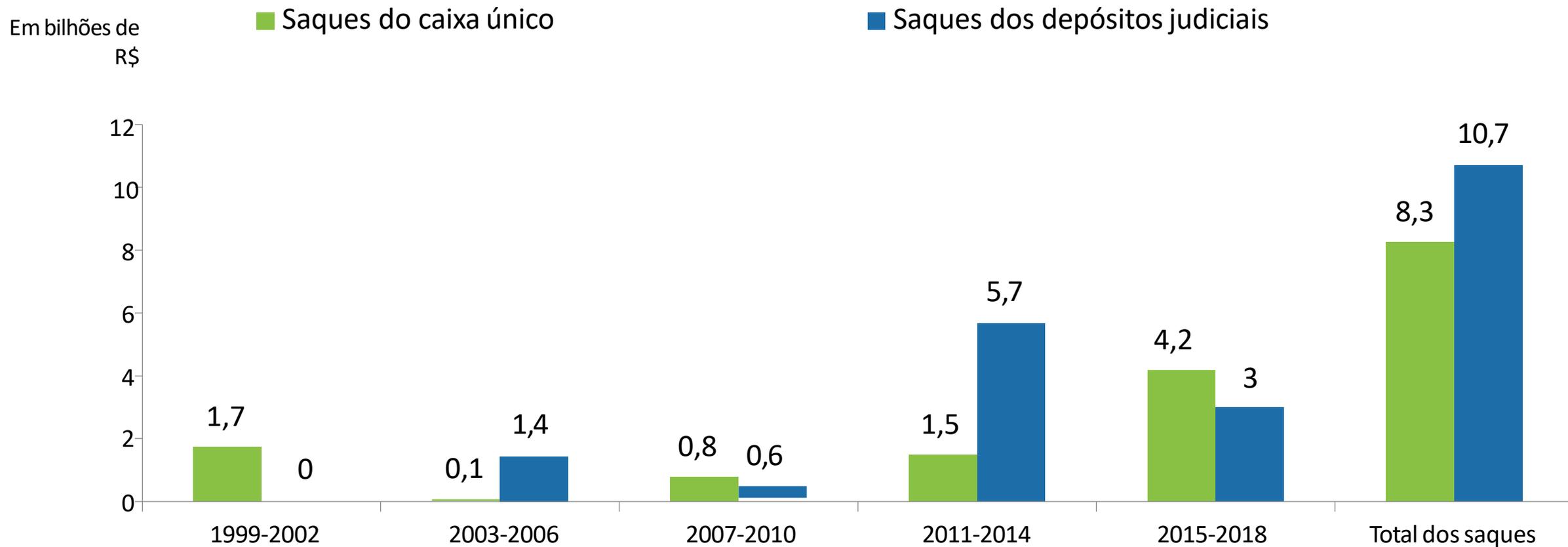
CENÁRIO FISCAL DO RS

Remuneração de pessoal por situação



CENÁRIO FISCAL DO RS

Saques do caixa único e depósitos judiciais



**DÍVIDA COM UNIÃO:
R\$ 7 BILHÕES ACUMULADOS DESDE
AGOSTO DE 2017**

**PRECATÓRIOS:
R\$ 1,9 BILHÃO NO ANO, DESDE
JANEIRO DE 2019**

Não estivessem essas liminares em vigor, o Estado estaria pagando atualmente os salários de fevereiro de 2019



Regime extraordinário encerra-se em 2020 e garante
atualmente cerca de



R\$ 3,5 bilhões brutos



Lei

Orçamentária

2020

LEI ORÇAMENTÁRIA 2020
PLOA 2020 - resumo

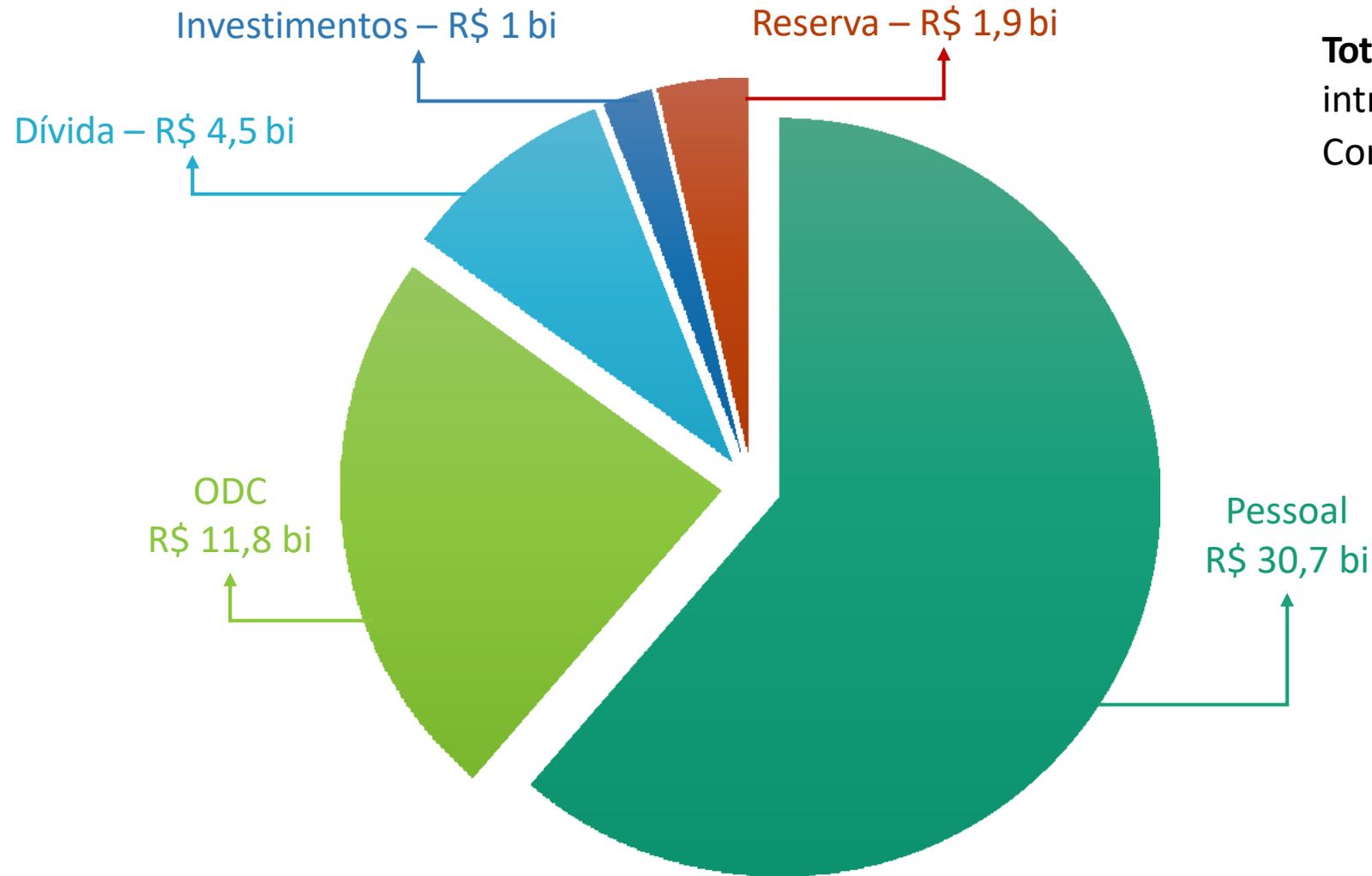


RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	VALORES (em bilhões)
TOTAL RECEITAS	61,2
TOTAL RECEITAS SEM INTRAORÇAMENTÁRIAS	44,9
TOTAL DESPESAS	66,4
TOTAL DESPESAS SEM INTRAORÇAMENTÁRIAS	50,1
RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	16,3
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	(5,2)



Despesas totais orçamento 2020 (GND)

Rigidez orçamentária



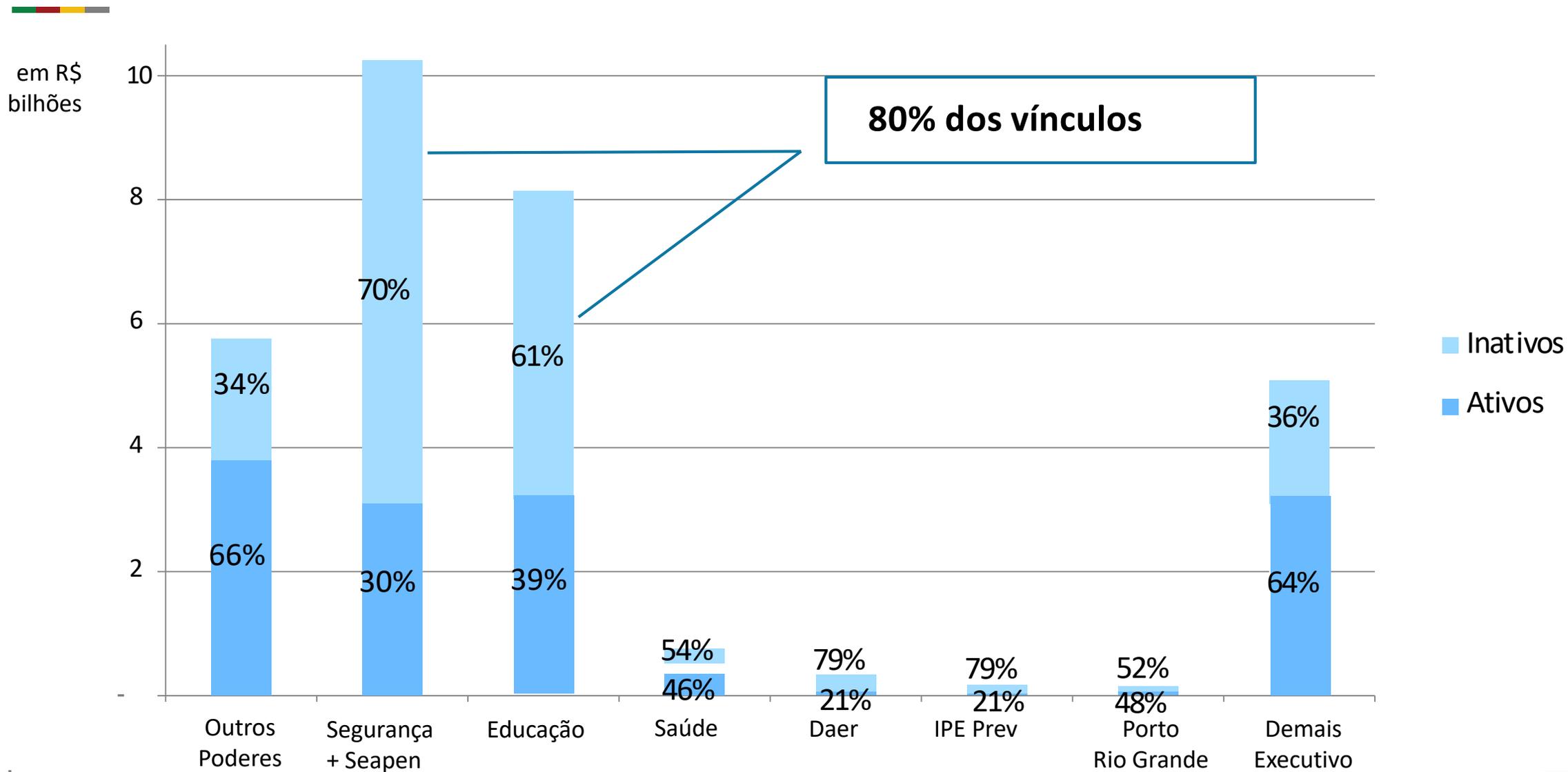
Total de despesas: Sem
intra = R\$ 50,1 bi
Com intra = R\$ 66,4 bi



LEI ORÇAMENTÁRIA 2020

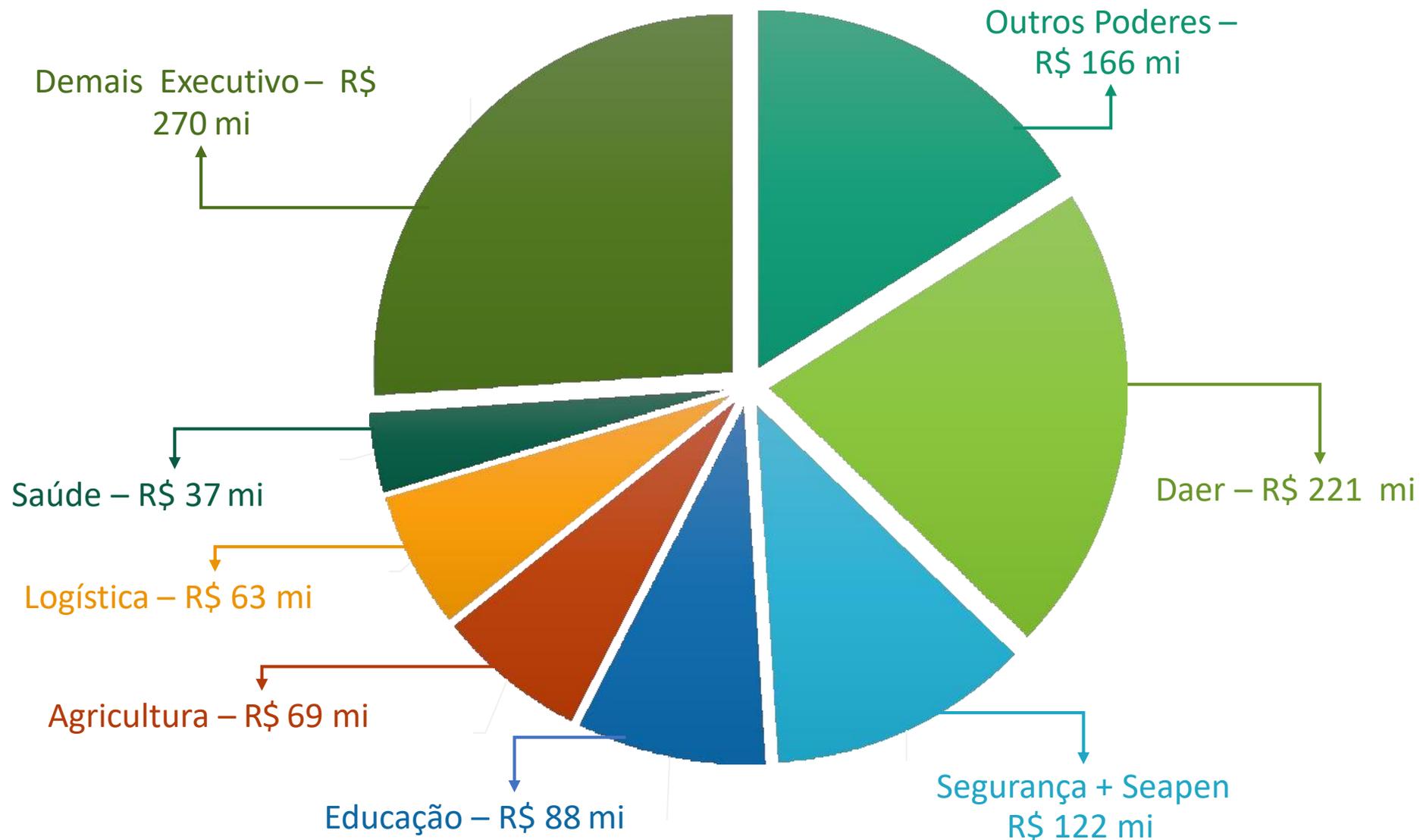
Despesa de pessoal orçamento 2020 (GND)

Proporção ativos X inativos por órgão selecionado



LEI ORÇAMENTÁRIA 2020

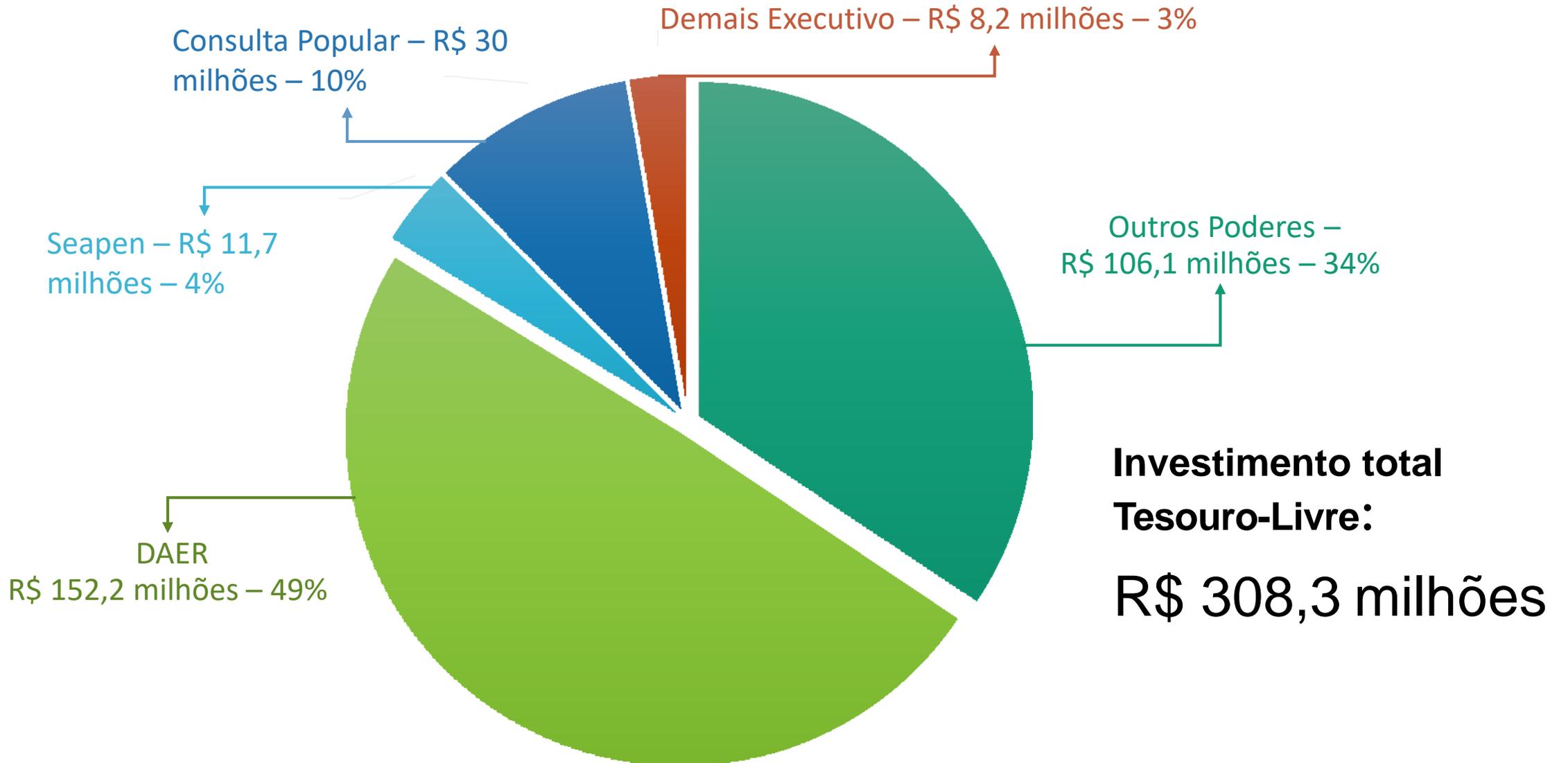
Investimentos orçamento 2020



Total investimentos:
R\$ 1,0 bi



Orçamento 2020 - Investimento Tesouro-Livre



Pessoal



ATIVOS



Homens: 47.721



Mulheres: 80.204



% de nível superior: 68,8%



Idade:

- Média de idade: 51
- 46 anos ou mais: 46,27%

127.925mil

Vínculos ativos

163.983mil

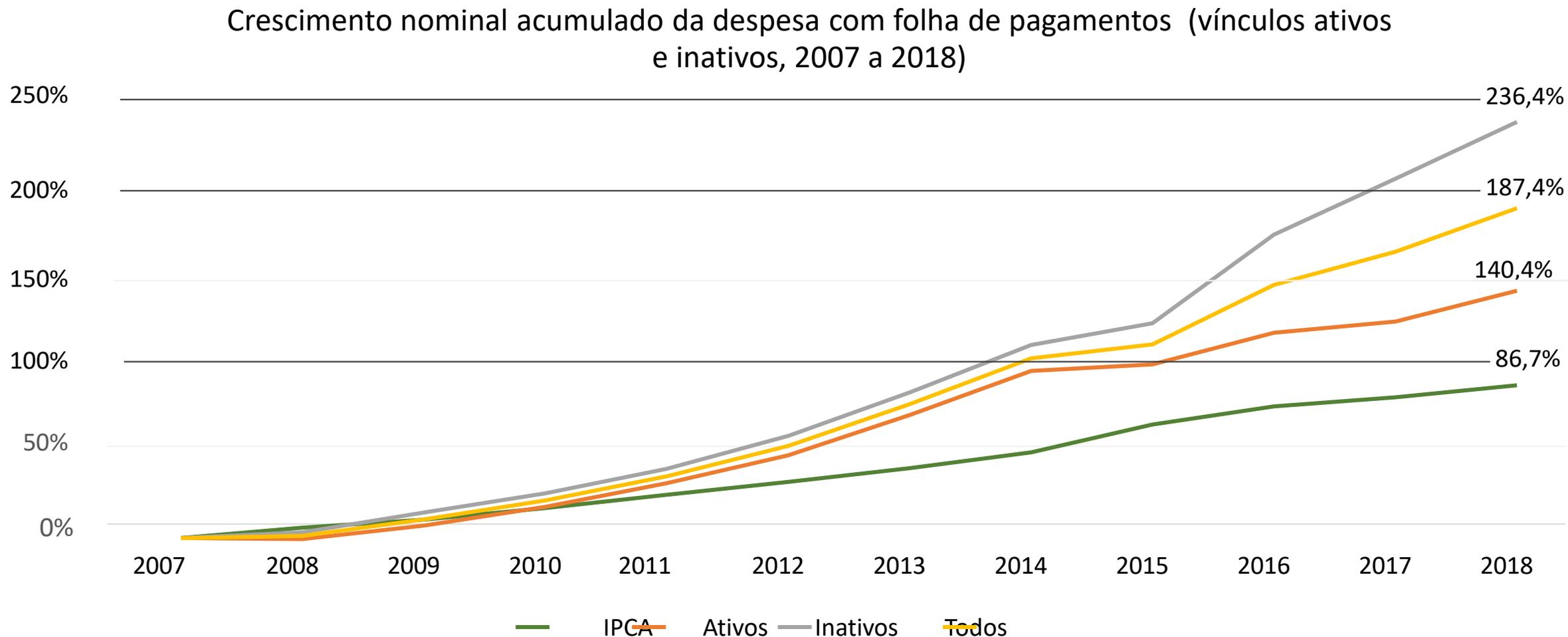
Vínculos inativos

45.066mil

Pensionistas

Nota: dados do Poder Executivo para agosto de 2019.



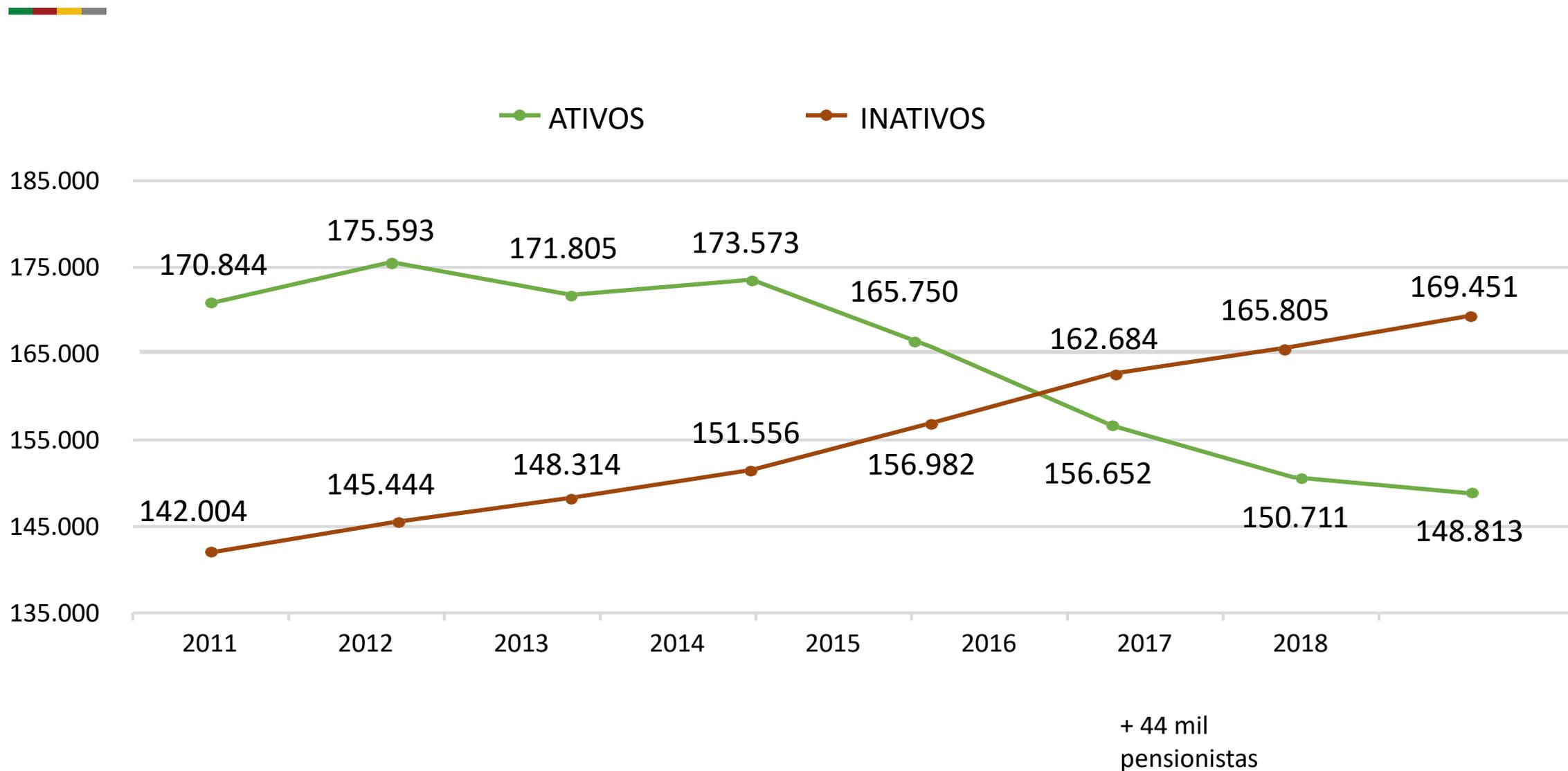


Notas: incluem administração direta e indireta, apenas Poder Executivo, exceto Defensoria Pública e fundações. Não estão considerados contrapartidas de VR e VT. Não estão incluídas obrigações patronais com RGPS e RPPS. Incluem valores mensais, retroativos e pretéritos, VT e VR e 13º salário. Nesta análise, não estão incluídas despesas com o IPE (pensionistas). Inativos incluem despesas com pensões vitalícias especiais. Fonte: Sistema de Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul.

Sistema Previdenciário

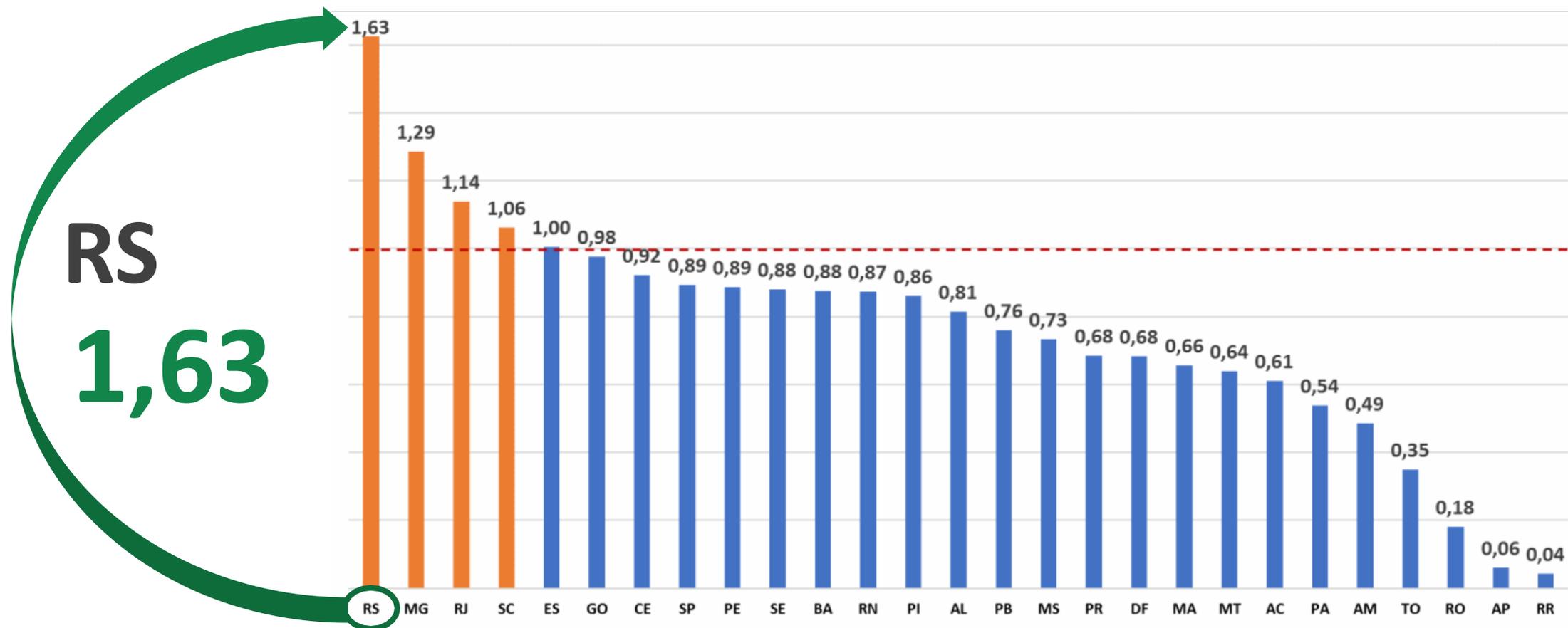
SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

Força de trabalho do Poder Executivo



SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

Razão de associados e pensionistas por ativo



Para cada servidor ativo, há no RS 1,63 aposentado ou pensionista

Fonte: Secretaria da Previdência. Dados de 2017. Elaboração Firjan.



SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

Custo previdenciário por habitante

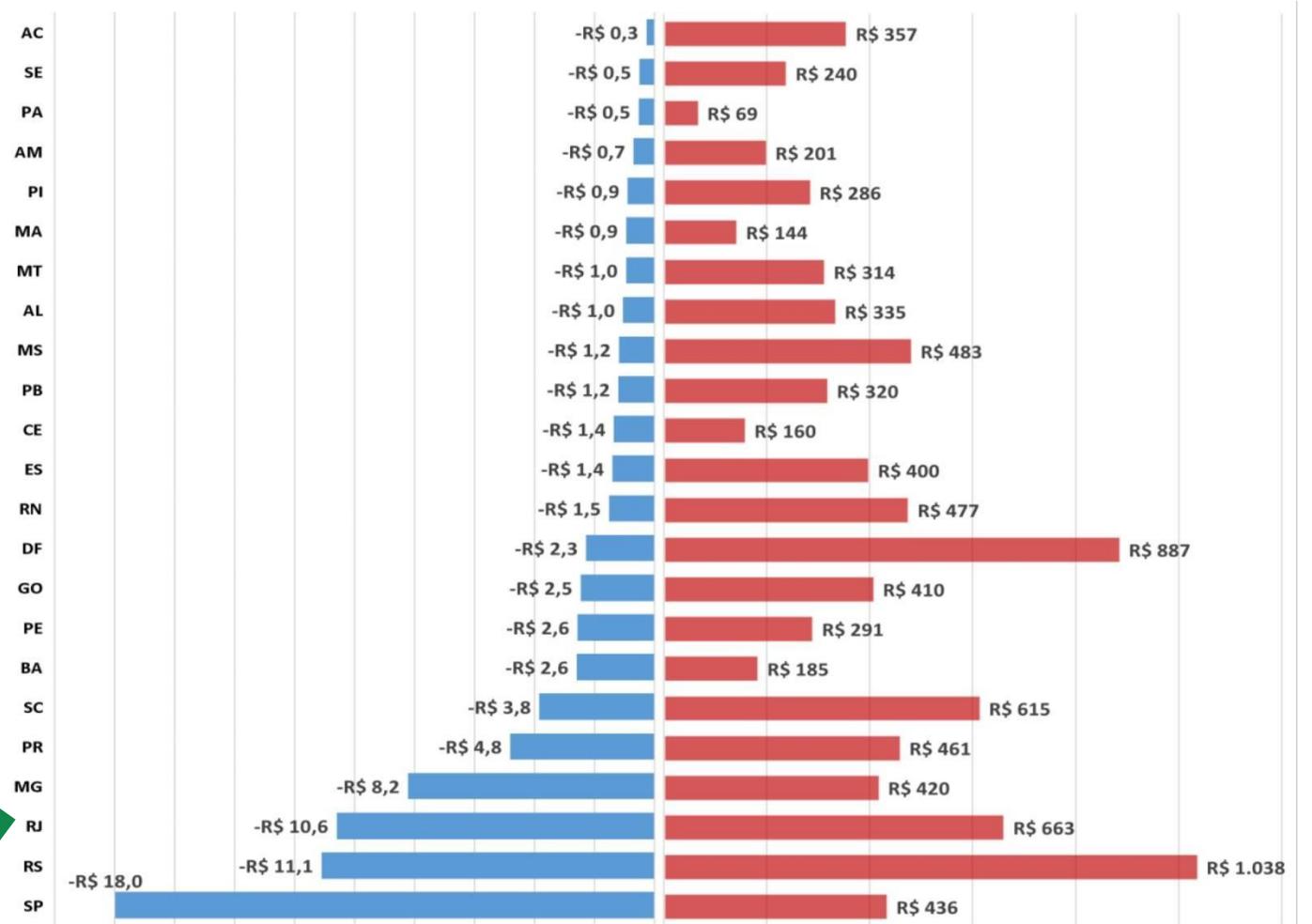


É como se cada gaúcho precisasse desembolsar R\$ 1.038 por ano para pagar o déficit da previdência pública

2,25 X
2,40 X
2,47 X

Paraná
São Paulo
Minas Gerais

Déficit Previdência 2017 (R\$ bi) Custo por habitante

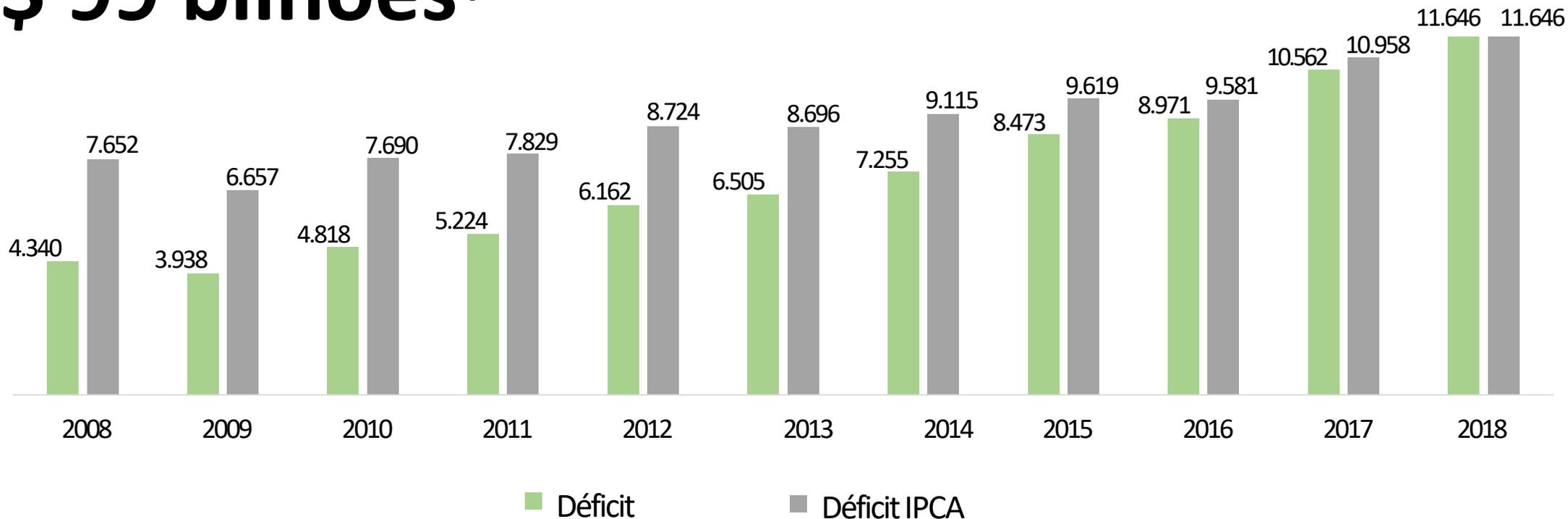


Fonte: Secretaria de Previdência, 2017. Elaboração Firjan.



SISTEMA PREVIDENCIÁRIO
Déficit previdenciário

R\$ 99 bilhões*



*Déficit acumulado 2008-2018 corrigido pelo IPCA

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO – Anexo 4 – LRF, Art. 53, Inciso II).

2º quadrimestre 2019 = R\$ 8,1 bilhões

Projeção 2019 = R\$ 12,35 bilhões





Resultado atual
(longo prazo)

Déficit

R\$ 373,5 BI

(sendo R\$ 250,3 BI –civis)

EFETO DA REFORMA DA
PREVIDÊNCIA:

– R\$ 86 BILHÕES

Fonte: Relatório da Reavaliação Atuarial do IPE Prev – 2019. Elaborado pela Divisão de Governo do BB S.A.
Data-base: 31/12/2018



Mitos

MITOS

“Acabar com incentivo fiscal garantiria R\$ 9,7 bilhões de ICMS”



A gestão atual inaugurou uma nova forma de transparência e de governança dos incentivos:

R\$ 5,1 bi

ISENÇÕES E REDUÇÕES DE BASE

- R\$ 3,3 bi meramente formais
- Isenções operacionais (cargas, vasilhames, compras pelo setor público)
- Isenções na compra de insumos agropecuários que seriam compensados pelos produtores caso revertidos
- Redução de carga tributária por decisão nacional do Confaz (cesta básica, automóveis)

MITOS

“Acabar com incentivo fiscal garantiria R\$ 9,7 bilhões de ICMS”

A gestão atual inaugurou uma nova forma de transparência e de governança dos incentivos:

R\$ 1,6 bi

MICROEMPRESAS

- Registro da renúncia do Simples Nacional e do Simples Gaúcho

Informações: <http://receitadados.fazenda.rs.gov.br/publicacoes/benef%C3%ADcios-fiscais>

MITOS

“Acabar com incentivo fiscal garantiria R\$ 9,7 bilhões de ICMS”



A gestão atual inaugurou uma nova forma de transparência e de governança dos incentivos:

R\$ 3 bi

CRÉDITOS PRESUMIDOS

- Principal linha de incentivo econômico ao setor privado
- Cerca de 1/3 refere-se a contratos assinados com prazo fixo estabelecido

MITOS

“Acabar com incentivo fiscal garantiria R\$ 9,7 bilhões de ICMS”



A gestão atual inaugurou uma nova forma de transparência e de governança dos incentivos:

- 25% do ICMS pertence aos municípios
- Plano de trabalho apresentado na Assembleia e no TCE inclui revisão dos impactos (1º sem/2020)
- Eliminar incentivos sem estudo econômico implica risco de perda de empresas, empregos e receita

MITOS

“Cobrança de tributos atrasados resolve sozinha o déficit corrente”

“

**COBRANDO OU
VENDENDO R\$ 40
BILHÕES DE
DÍVIDA ATIVA,
RESOLVE-SE O
DÉFICIT**”

”

- A dívida ativa tributária em dez/2018 totaliza R\$ 44,5 bilhões, mas são valores em sua maior parte incobráveis, de **empresas já fechadas, com valor nominal inflado por multas acumuladas há décadas.**
- Provisão para perdas é de R\$ 31,6 bilhões, restando, portanto, R\$ 13 bilhões passíveis de cobrança.
- Medidas de cobrança em andamento garantiram **crescimento de 18,6% até ago/2019 nos recebimentos desses valores em relação a 2018 (R\$ 1,72 bilhão, somando Sefaz e PGE).**



COMBATENDO A SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS NÃO FALTARIAM RECURSOS



- Operações de fiscalização passaram de 12 para 25 nos oito primeiros meses de 2019.
- Valor julgado no contencioso da Sefaz **creceu de R\$ 771 milhões (2018) para R\$ 4,2 bilhões (2019)**, agilizando as fases seguintes da cobrança.
- **Prazo de apreciação dos processos administrativos da Sefaz caiu cerca de 25% em 2019.**



MITOS

“Recebendo a Lei Kandir, acaba a dívida do Estado com a União”



- Estudo do TCU de ago/2019 remetido ao STF defende que não cabem mais repasses da Lei Kandir:

“...até a realização do presente trabalho, as disposições do § 2º do art. 91 do ADCT não tinham sido avaliadas. Uma vez realizados os cálculos e constatada a implementação da condição estabelecida nesse dispositivo para cessação dos repasses, torna-se inconstitucional a sua manutenção com fundamento no art. 91 do ADCT.”

- Governo do RS tem ativamente participado da mediação nacional com o STF, mas não há qualquer perspectiva de indenização bilionária aos Estados.
- Discussão atual no STF concentra-se na substituição dos antigos repasses de Kandir e FEX (cerca de R\$ 300 milhões anuais) por outras formas de repasses federativos (Cessão onerosa, Fundo Social).
- De toda forma, Estado não paga a dívida com a União desde ago/2017.

MITOS

“O déficit da previdência é decrescente (segundo informações do próprio Estado na LDO) e, portanto, se resolverá com o tempo”



O Anexo I.b da LDO apresenta o Demonstrativo da Projeção Atuarial de acordo com padrão federal. Quando do envio do projeto da LDO 2020, a última avaliação atuarial (2018) tinha como data-base valores de 31/12/17.

Os dados da avaliação atuarial 31/12/18 estão prontos e não tiveram alterações relevantes.

MITOS

“O déficit da previdência é decrescente (segundo informações do próprio Estado na LDO) e, portanto, se resolverá com o tempo”

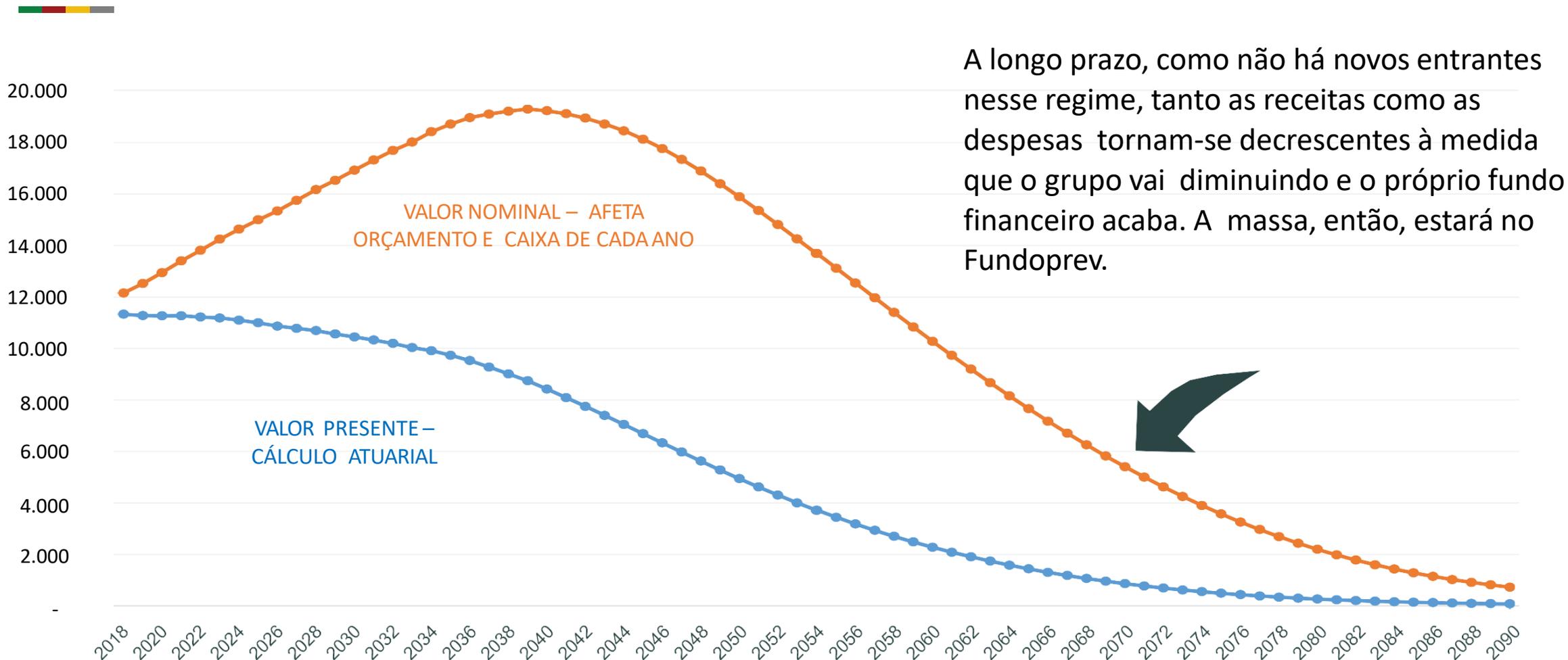


Por que os valores ali apresentados para os anos futuros são decrescentes?

- Os valores projetados de déficit ano a ano são apresentados em valores constantes (sem inflação). Por exemplo, o valor do déficit projetado para 2019 do Demonstrativo (R\$ 11,3 bilhões), quando corrigido pela inflação do período, corresponderia a R\$ 12,2 bilhões em valores de 2019 (déficit efetivo no caixa de 2019).
- Como não há novos entrantes nesse regime, tanto as receitas como as despesas tornam-se decrescentes à medida que o grupo vai diminuindo e o próprio fundo acaba.
- O déficit atuarial superior a R\$ 370 bilhões está a valores constantes da data-base (deflacionados). Somando os valores nominais até 2091, o déficit total seria superior a R\$ 800 bilhões (considerando inflação de 3,5%).

PESSOAL

Projeção déficit previdenciário – Fundo financeiro (R\$ milhões)



— Déficit valores constantes 2017

— Déficit valores nominais

R\$ 370 bilhões

R\$ 800 bilhões



Mudanças

MUDANÇAS

Medidas de sustentabilidade fiscal precisam estar concentradas em receitas e despesas correntes



PREVIDÊNCIA

- Revisão das alíquotas e bases de cálculo
- Regras federais de idade mínima e tempo de contribuição



CONTENÇÃO DA DESPESA VEGETATIVA

- Avanços, triênios e adicionais por tempo de serviço;
- Incorporação de funções gratificadas
- Redução da gratificação de permanência e AIPSA



CARGOS COMISSIONADOS

- 20% dos cargos bloqueados
- Menos de 2% da despesa total



ISENÇÕES E BENEFÍCIOS FISCAIS

- Ampla transparência, seguindo a legislação
- Revisão dos benefícios com base em estudos econômicos de impacto



PROGRAMA RECEITA 2030

- Reforma tributária e novos parâmetros de relacionamento com contribuinte

OBRIGADO!

